



Porto Alegre, 14 de janeiro de 2015.

Ao Excelentíssimo Governador do Estado do RS  
Sr. José Ivo Sartori  
À Secretária Estadual do Meio Ambiente  
Sr<sup>a</sup>. Ana Maria Pellini

Prezados Senhor e Senhora:

Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDeMA-RS, levando em conta o convite feito pela atual secretária da Secretaria Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEADES) para uma reunião com diversas entidades que a compõem, entendeu ser pertinente um posicionamento deste coletivo para a presente reunião.

Consideramos, sim, oportuno que qualquer nova gestão que assume a pasta ambiental do Governo do Rio Grande do Sul, de pronto, apresente seu plano de trabalho a fim de implementar e promover as Políticas Ambientais considerando o quadro de degradação ecológica crescente no Estado e que requer soluções urgentes em várias áreas. A Apedema sempre esteve disposta a dialogar com todos os governos, e não seria aqui diferente.

Entretanto, informamos, o que também é público, nossa surpresa e insatisfação com a escolha por parte do Governo do RS para o comando da pasta ambiental, na qual esperávamos alguém com perfil mínimo de formação na área e que tivesse demonstração de conduta inquestionável. Existem, inclusive, documentos das entidades da Apedema, encaminhados anteriormente ao governador José Ivo Sartori, ao Ministério Público e à Procuradoria de Justiça do Estado, questionando esta escolha, com base em situações que se referem a um histórico de atitudes nada recomendáveis, as quais, inclusive, fazem parte de ações na Justiça. Estamos no aguardo das posições do Judiciário sobre a matéria.

Reconhecemos, porém, o direito e a legitimidade do Governo escolher sua equipe técnica, assim como reconhecemos, também, suas responsabilidades jurídicas diante de tais escolhas e das ações por esses comandadas.

No entanto, é importante destacar que além do item anterior, um segundo aspecto causou um forte sentimento de indignação de parte de ambientalistas, funcionários da SEMA e parte da população: a substituição, de forma indefensável, veloz e antidemocrática, da Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMA) pela atual SEADES, proposta pelo novo governo. Cabe lembrar que, previamente ao pleito eleitoral de 2014, entidades ambientalistas entregaram, a todos os candidatos,

documentos com propostas na área ambiental e esperavam retornos dos candidatos, inclusive por parte daquele vitorioso, após as eleições. Além do não retorno, fomos pegos de surpresa por um projeto de uma nova secretaria, sem qualquer debate prévio com a sociedade. Tampouco se consultou o órgão máximo da Política Ambiental do RS, o CONSEMA. O surgimento da SEMA foi celebrado com muita emoção, em 1999, como uma conquista de décadas, não somente por parte de ambientalistas e funcionários das instituições de meio ambiente do Estado, mas sobretudo por parte da sociedade gaúcha, em um estado pioneiro nas causas ambientais. A SEMA surgiu para atuar exclusivamente na área de meio ambiente, conjuntamente aos demais entes do **Sistema Nacional de Proteção Ambiental – SISNAMA** e o **Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA-RS**. Uma identidade já consagrada, um patrimônio que levou muitos anos para ter seu nome conhecido e seu trabalho reconhecido pela maior parte da população, justamente em uma pasta, em geral, esquecida pelos governos.

Agora, com o surgimento da nova secretaria, com atribuições polêmicas, que se sobrepõem a outras pastas (desenvolvimento, educação ambiental formal), perde-se o objetivo principal de uma secretaria que deve ter como foco central a real promoção de um ambiente ecologicamente equilibrado para todos, garantindo também a manutenção dos processos ecológicos, entre outros princípios assegurados pelas Constituições Federal e Estadual.

De qualquer forma, temos expectativas de que o governo reconheça o papel estratégico da área de meio ambiente, mantendo sim diálogos tanto com as entidades como com os demais setores da sociedade, e, sobretudo internamente, garantindo respeito à área técnica, visando a promoção e a implementação de uma política ambiental condizente com os objetivos constitucionais da pasta.

No entanto, é preciso deixar claro que há uma série de questões históricas ainda não superadas, entre elas os resultados efetivos de melhorias à secretaria, após a Operação Concutare, revisando-se as licenças ilegais, a punição aos responsáveis, incrementando-se os mecanismos de controle interno, a transparência externa, o fortalecimento e valorização do papel do Consema para as políticas ambientais do RS.

Há a necessidade urgente de se fortalecer a gestão ambiental, qualificada, superando-se a visão meramente cartorial e setorial, que redundou, em anos atrás, nos desastrosos balcões de licenciamentos. Espera-se também que seja superada a forma de licenciamento “caso a caso”, fortalecendo-se as Avaliações Ambientais Estratégicas e Integradas, levando-se em consideração a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais e seus processos vitais, garantindo, como clama a Constituição Federal, a proteção das espécies ameaçadas de extinção. Cabe dar destaque também que alguns processos mais “demorados” de licenciamento se devem muitas vezes a projetos que entram com baixa qualidade técnica na FEPAM, e pela falta de zoneamentos e de diretrizes claras por parte do órgão de meio ambiente.

Desta forma, desde já, desejamos deixar claro que lutaremos contra qualquer tentativa de enfraquecimento dos órgãos ambientais do RS, e, ao contrário, vamos cobrar o seu fortalecimento. Estaremos vigilantes contra qualquer retrocesso, inclusive denunciando possíveis intentos de substituição de atribuições do órgão ambiental por algum tipo de “licenciamento ambiental autodeclaratório”, que possa transferir competências do Estado para setores da iniciativa privada. Isso vai de

encontro à tutela constitucional, do Estado, deixando sem formas de responsabilização por qualquer dano eventual ao ambiente natural causado por empresas ou empreendedores autodeclarantes.

Atenciosamente,

Eduino Mattos

Coordenação da Apedema

Assinam o documento:

AGAPAN-PORTO ALEGRE; APAIPQ-QUINTÃO; AMA-GUAÍBA; ABEPAN-BENTO GONÇALVES; AMA-CARAZINHO; ASSECAN- CANELA; AIPAN – IJUÍ; APN-VG – GRAVATAÍ; ASPAN-SÃO BORJA; ANAMA-MAQUINÉ; BIGUÁ-ARAMBARÉ; BIOFILIA-PORTO ALEGRE; CEA-PELOTAS/RIO GRANDE; FUNDAÇÃO GAIA-PORTO ALEGRE; FUNDAÇÃO MOA-PORTO ALEGRE; GEGV –PASSO FUNDO; GESP- PASSO FUNDO; MARICÁ-VIAMÃO; H2O PRAMA – PORTO ALEGRE; IGRÉ – PORTO ALEGRE; BALLAENA AUSTRALIS - SANTA VITÓRIA DO PALMAR; ECONSCIÊNCIA – PORTO ALEGRE; INGÁ – PORTO ALEGRE; INSTITUTO ORBIS – CAXIAS DO SUL; INSTITUTO PATULUS – BENTO GONÇALVES; OS VERDES –TAPES; MOVIMENTO AMBIENTALISTA VERDE NOVO – SÃO LOURENÇO DO SUL; MOVIMENTO ROESSLER – NOVO HAMBURGO; NAT – PORTO ALEGRE; NEMA – RIO GRANDE; RESGATANDO O FUTURO DA BIODIVERSIDADE – SANTA MARIA; SOLIDARIEDADE – PORTO ALEGRE; MIRA-SERRA – SÃO FRANCISCO DE PAULA/PORTO ALEGRE; UPPAN – DOM PEDRITO; UPAN – SÃO LEOPOLDO; UPV – PORTO ALEGRE.